

ILMA. PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE – CIGSS, DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS – SES/GO.

Instrumento de Chamamento Público nº 02/2024-SES/GO

Processo: 202300010063743

O INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, pessoa jurídica de Direito Privado, devidamente qualificado como Organização Social no Estado de Goiás, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.858.570/0001-33, com sede na Rua das Hortênsias, n.º 668, 5º andar, Pituba, Salvador/BA, CEP 41.810-010, representado por seu Superintendente, Sr. Joel Sobral de Andrade, através de sua gerente de licitações, Sra. Priscila Oliveira de Almeida Souza, e-mail: licitacao.matriz@igh.org.br, com fundamento nos arts. 5º, XXXIV e LV, “a”, e 37, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com as determinações contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 165, I, no Decreto nº 10.356, de 8 de dezembro de 2023, mais precisamente o artigo 5º, § 8º e demais dispositivos legais pertinentes à matéria e, ainda, com fulcro no item 11.3 do Edital (fl. 13), vem, perante Ilma. Sr.ª, **interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO em face do Resultado preliminar do Chamamento Público nº 02/2024-SES/GO**, cujo objeto é a seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na **Policlínica Estadual Brasil Bruno de Bastos Neto Região Rio Vermelho - Goiás**, localizado na Avenida Nossa Senhora Aparecida, Fazenda Três Palmeiras (antiga estrada vicinal) – Goiás – GO, CEP.: 74600-000, proferido por essa ilustre comissão no âmbito do certame tombado sob o número em epígrafe, pelos fatos e fundamentos que ora passa a expor.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Ab initio, cumpre ressaltar que o presente recurso é devidamente tempestivo e encontra amparo na legislação vigente, consoante restará demonstrado.

Compulsando-se os autos do processo, verifica-se que a decisão ora atacada foi veiculada no sítio eletrônico da Secretaria da Saúde no dia 11/11/2024, iniciando-se a contagem do prazo, no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 12/11/2024.

Neste esteio, considerando a previsão editalícia para interposição de recurso de 03 (três) dias úteis – contida no item 11.3 do Edital (fl. 13), tem-se por *dies ad quem* 14/11/2024. Perfaz-se tempestivo, portanto, o presente apelo.

2. DA SÍNTESE DO PROCESSO

O Estado de Goiás, através da Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde – CICGSS - SES/GO, está promovendo o presente certame, na modalidade Chamamento Público - tipo melhor técnica, com vistas a selecionar entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na Policlínica Estadual Brasil Bruno de Bastos Neto Região Rio Vermelho - Goiás, localizado na Avenida Nossa Senhora Aparecida, Fazenda Três Palmeiras (antiga estrada vicinal) – Goiás – GO, CEP.: 74600-000. Credenciaram-se para participar do chamamento 07 (sete) entidades.

Em 30/09/2024 foi realizada a sessão de entrega dos envelopes nº 01 – Propostas Técnicas e envelopes nº 02 - Habilitações e, ato contínuo, abertura dos envelopes de nº 01 dos concorrentes, sendo informado pela comissão que a notificação do resultado seria divulgada no sítio eletrônico da SES/GO.

Após a análise dos documentos apresentados, a Comissão Interna proferiu a publicação do julgamento no sítio eletrônico da SES/GO em 11/11/2024 e, numa decisão manifestamente equivocada, data máxima vênua, decidiu pela desclassificação do ora recorrente, apresentando a seguinte justificativa:

**DECLASSIFICADAS POR NÃO ATINGIREM O MÍNIMO DE
50% EM UM DOS CRITÉRIOS (FA1, FA2 E/OU FA3)**

4º INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO NT= 25,00 (FA1- 9,60 ; FA2 - 18,40 ; FA3 - 41,50) - (desclassificada no critério FA1) (Grifo nosso)

Foram declaradas classificadas a **1º ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAÚDE NT= 33,43 (FA1-18,40 ; FA2 - 18,90 ; FA3 - 55,60)**, **2º HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS NT= 30,02 (FA1-17,10 ; FA2 - 12,70 ; FA3 - 52,70)**, **3º INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO NT= 26,74 (FA1- 11,50 ; FA2 - 17,35 ; FA3 - 45,20)**, **4º ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NT = 23,04 (FA1- 12,10 ; FA2 - 17,50 ; FA3 -35,40)**, **5º BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE NT = 21,71 (FA1- 13,20 ; FA2 - 14,35 ; FA3 - 33,60).**

Aduza-se também ter sido desclassificado do certame o **INSTITUTO DE GESTÃO ALIANÇA NT: 18,32 (FA1-9,10; FA2 -5,95; FA3 -34,50) (desclassificada no critério FA1 e FA2).**

Irresignado com a situação, vem o IGH, perante essa respeitosa comissão, interpor o presente recurso administrativo, baseado nas razões de fato e de direito a seguir delineadas.

3. DAS RAZÕES RECURSAIS:

3.1. DA INJUSTA DESCLASSIFICAÇÃO DO IGH - QUANTO AS NOTAS ATRIBUÍDAS NA PROPOSTA TÉCNICA:

Da análise da matriz de avaliação apresentada, observa-se que muitos dos argumentos apresentados para a atribuição de baixa pontuação para os itens apresentados na proposta técnica contradizem com o que é solicitado no edital do chamamento público. Vejamos:

3.1.1. Item FA. 1: Área de atividade: Avalia as ações propostas para organização da Unidade.

- Pontuação Máxima: 20 pontos

- Pontuação mínima para classificação: 10 pontos

- Pontuação Atribuída 9,60 pontos

Implantação de fluxos individualizada ao perfil da unidade de saúde (A forma de apresentação levou em conta a clareza e entendimento do fluxo).

3.1.1.1. Fluxos operacionais compreendendo circulação em áreas restritivas, externas e internas.

- Pontuação máxima: 1,5 pontos

- Pontuação atribuída: 1,0 ponto

Segundo a comissão avaliadora a nota máxima não foi atingida, pois *“O fluxo de áreas restritivas cita apenas o acesso de funcionários, não descreve o fluxo de pacientes nas áreas restritivas existentes na Unidade, tais como: Hemodiálise (serviço ainda não implantado, porém, consta no plano de trabalho a ser implantado – Edital anexo I – 32.6), EDA e colonoscopia, acesso de funcionários na CME. Nas áreas internas não foi apresentado o fluxo do paciente no ambulatório, SADT, exames laboratoriais ou outras áreas existentes na unidade, não detalha como se dá a circulação considerando a planta física e os serviços da unidade de saúde em questão, portanto caracterizando a não individualização, personalização da unidade pleiteada”.*

Discordamos do elencado, seja porque **o edital do chamamento não trazia este detalhamento de informações** seja porque **há entendimentos divergentes**, pois, inclusive no texto apresentado a sequência numérica indica início/fim.

Além disso, foi mencionada na proposta de trabalho a forma de acesso à área restrita (setores fechados), que dentro dos serviços de saúde perfazem as UTIs. Inclusive, dentro das descrições deste acesso evidencia-se os diferentes sujeitos que adentram a unidade e a especificidade de cada um (acompanhante, visitantes, fornecedores e funcionários).

Salientamos ainda que, de acordo com a RDC 50 “as circulações externas e internas do EAS são seus acessos, estacionamentos e circulações horizontais e verticais caracterizadas a seguir e em conformidade com a norma NBR-9050 da ABNT”, logo, deverão ser conformados fluxos que garantam segurança a todos os pacientes e visitantes da unidade.

3.1.2. Fluxos para registros de documentos de usuários e administrativos.

- Pontuação máxima: 1,5 pontos

- Pontuação atribuída: 0,9 ponto

Segundo a comissão avaliadora, a nota máxima não foi atingida, pois o IGH não apresentou modelo de estruturação e formatação de documento a ser utilizado e os mecanismos de acesso e segurança do paciente. Mais uma vez, precisamos discordar da avaliação, considerando que o chamamento era claro quanto ao pedido da criação de fluxos, demonstrado excesso na subjetividade dos avaliadores, quanto a falta de uma leitura mais detalhada de toda proposta técnica, na qual no item segurança da informação se trata de toda a política institucional de segurança de dados das informações dos pacientes, e por considerar novamente a ausência de detalhamento de outros itens para além da apresentação de fluxos no chamamento.

3.1.3. Fluxo unidirecional para materiais esterilizados/roupas

- Pontuação máxima: 1,5 pontos

- Pontuação atribuída: 0,5 ponto

Considerando o quanto descrito no edital, este solicita apenas a apresentação do fluxo. Discordamos do elencando pelos avaliadores, no que se refere a esterilização, pois por si só o fluxo direciona as etapas de esterilização, descrevendo-as em texto, apesar do pedido ser exclusivo de um fluxo, o qual foi devidamente apresentado, sendo específico para o processo de esterilização, e em nenhum momento foi solicitado que se discorresse sobre os setores, demonstrando, mais uma vez, subjetividade de julgamento pelo avaliador e o excesso de exigência em um item que não foi apresentado devidamente no edital, não garantindo o princípio da transparência no processo licitatório, bem como, impedindo que todas as empresas concorram em pé de igualdade.

No que se refere ao fluxo da rouparia, em momento algum, além deste tópico, houve a descrição que o serviço possuía lavanderia ou contrato terceirizado. Assim, optamos por apenas descrever o processo de CME, no qual está contida as normas de biossegurança que atendem a uma policlínica que realiza pequenos procedimentos operatórios os quais, normalmente são realizados utilizando Epis

cirúrgicos descartáveis, considerando o número reduzido de procedimentos pactuados mês e o princípio da economicidade da saúde.

Por fim, a matriz pontua a necessidade de mencionar o que é realizado em cada etapa do CME. Contudo, mais uma vez, ocorre um excesso na solicitação, já que não consta no instrumento convocatório qualquer solicitação de descrição de atividades do CME, apenas a apresentação de um fluxo.

3.1.4. Fluxo unidirecional de resíduos de serviço saúde

- Pontuação Máxima: 1,5 pontos

- Pontuação Atribuída: 1,0 ponto

Novamente, discordamos da avaliação aplicada pela douda comissão, considerando que seu pleito em relação ao número de lixeiras, só poderia ser inserido na documentação, quando da efetiva elaboração e implantação do plano de gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde, para tal se torna necessário que a OSC assuma a unidade para que compreenda a realidade da mesma e suas necessidades. Ademais, no fluxo apresentado na página 30 a 39, contempla todos os itens que foram questionados: forma de acondicionamento e segregação interno, processo de transporte interno, armazenamento interno e externo, destinação final e classificação foram elencados corretamente, assim como na qual inclusive se apresenta a política ambiental do instituto.

IMPLANTAÇÃO DE GESTÃO

3.1.5. Implantação de Logística de suprimentos

- Pontuação Máxima: 1,0 pontos

- Pontuação Atribuída: 0,5 ponto

Na implantação de Logística de Suprimentos, assim como nos demais itens, no chamamento foi solicitado apenas fluxograma. No entanto, o avaliador pontuou apenas 0,5 de um total de 1,0 ponto. Na proposta técnica apresentada foi descrito e detalhado o alinhamento deste fluxo com todos os serviços da unidade. O documento traz de formas transversal a descrição dos diferentes processos desde a

aquisição até a distribuição dos suprimentos, como aquisição de medicamentos, guarda em almoxarifado, entre outros.

3.1.6. Proposta de Projeto de Tecnologia da Informação com Vistas ao Controle Gerencial da Unidade e Melhoria do Atendimento ao Usuário

- Pontuação Máxima: 1 ponto

- Pontuação atribuída: 0,7 ponto

Ainda no item implantação da gestão, no que se refere à Proposta de Projeto de Tecnologia da Informação com Vistas ao Controle Gerencial da Unidade e Melhoria do Atendimento ao Usuário, alega a comissão avaliadora que as informações básicas não foram apresentadas em formato de projeto, além de descrever a falta de itens como: cronograma de implantação dos módulos, ausência do estudo dos riscos (necessidades de ferramentas de backup e recuperação de dados, e softwares de segurança e monitoramento).

Todavia, a proposta de projeto contempla mais do que o solicitado pelo avaliador. Cabe destacar, que parece haver, mais uma vez, excesso de subjetividade, ao considerar que o IGH não apresentou um projeto, apenas porque não seguiu um rito acadêmico de organização dos itens descritos, o que tornaria a leitura do edital exaustiva e de forma superficial, pois a maioria dos itens do edital versam sobre proposta de projeto, não sobre projeto. Imagine-se escrever em cada tópico rotulado proposta de projeto um projeto passo a passo. Como seria a leitura? Considerando que o apresentado parece não ter sido totalmente compreensível, levando a questionamentos infundáveis. Além disso, devemos destacar que a PROPOSTA de projeto é tão completa que refere passo a passo atribuições, responsabilidades, políticas, normas, rotinas, dentre outros.

IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS

3.1.7. Proposta de manual de protocolos assistenciais

- Pontuação Máxima: 1 ponto

- Pontuação atribuída: 0,5 ponto

Quanto a esse item, afirma a comissão avaliadora que não foi apresentada a estrutura dos protocolos, todavia estes se encontram nos anexos, inclusive seguindo uma estrutura rígida de

elaboração, validade tecnicamente e contemplando os seguintes itens: definição, objetivo, campo de aplicação, documentos complementares, termos e referências, procedimento e anexos.

Todos os protocolos apresentados possuem referências, dentre as quais as mencionadas como OMS, Ministério da Saúde, ONA e Guideline da área de saúde.

3.1.8. Incrementos de Atividades

- Pontuação Máxima: 5 pontos

- Pontuação Atribuída: 0,0

Quanto a esse item, é importante salientar, que as atividades a serem incrementadas num serviço devem ocorrer quando do diagnóstico situacional da unidade e análise de seus indicadores, os quais ocorrem efetivamente quando do início das atividades. O IGH apresentou não só a proposta de acreditação hospitalar, como a implantação de projetos assistenciais e sociais que adotam ações que envolvem a comunidade local, acolhendo e atuando de forma conjunta. Mais uma vez, destaca-se que no chamamento solicita a proposição de projetos assistenciais de saúde, e sequer há definição dos critérios que deveriam ser utilizados, como por exemplo: critérios epidemiológicos, do território de atuação, dos indicadores de saúde, dando margem a elaboração, considerando a interpretação do executor. Pois, prever ações que já fazem parte do escopo e das políticas de saúde como ações de educação em saúde bucal, ações de implementação do dia saudável dentre outras, não se caracteriza como atividades para além das ações das atividades que devem fazer parte do rol das ofertas dos serviços de saúde, ao considerar as políticas públicas existentes.

3.1.9.Item FA. 2.2: Qualidade subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação humana e apoio social na comunidade interna e externa da Unidade

- Pontuação Máxima: 20 pontos

- Pontuação mínima para classificação: 10 pontos

- Pontuação Atribuída: 18,4 pontos

3.1.9.1. Acolhimento

- Pontuação Máxima: 1,0 pontos

- Pontuação Atribuída: 0,8 ponto

No item, FA.2.2 da qualidade subjetiva do subitem Acolhimento, que perfazia um valor de 1,5 pontos, ao IGH foi atribuída nota 0,8 décimos, pois os avaliadores consideraram que não houve indicativo de como o acolhimento acontecerá na prática. No entanto, discordamos mais uma vez da avaliação, considerando que a proposta técnica elaborada foi descrita se baseando nos princípios norteadores do acolhimento/ ambiência que seriam implantados na unidade, ao observar os resultados esperados, as estratégias, os parâmetros e as definições aceitas para a Política Nacional de Humanização, sendo debatidas todas as ações a serem desenvolvidas pelos profissionais, os procedimentos e diretrizes para acolhimento do pacientes, não sendo assim apresentadas de forma genérica e não individualizada ao contexto da unidade.

3.1.10. Item FA. 3.3: Implementação de serviços e funcionamento da equipe interdisciplinar.

- Pontuação Máxima: 60 pontos
- Pontuação mínima para classificação: 30 pontos
- Pontuação Atribuída: 41,5 pontos

3.1.10.1. Protocolos assistenciais da atenção médica, e rotinas operacionais para serviços, compatível com o perfil da unidade licitada.

- Pontuação Máxima: 3,0 pontos
- Pontuação Atribuída: 1,5 pontos

3.1.10.2. Protocolos assistenciais da atenção não médica, por nível de qualificação dos profissionais, e rotinas operacionais para serviços, compatível com o perfil da unidade licitada.

- Pontuação Máxima: 3,0 pontos
- Pontuação Atribuída: 1,5 pontos

Nos itens 3.1.10.1 e 3.1.10.2 acima destacados, cada um foi pontuado com nota 1,5 de um total de 3,0 pontos. Todavia, precisamos, novamente, discordar da avaliação, já que o IGH apresentou os protocolos assistenciais conforme solicitado no instrumento convocatório.

Cabe destacar, que a comissão avaliadora diminui 1,5 pontos de cada proposta referindo a primeira a questão do diagnóstico, e no segundo a questão da ausência de protocolos de profissionais não médicos. O edital solicitava apenas protocolos assistenciais, não havendo referência, em qualquer

lugar, sobre diagnóstico, até porque mais uma vez, se torna necessário conhecer o perfil epidemiológico da unidade para que possa se traçar um planejamento das ações e serviços que devem ser mensurados pelo serviço. Já no que se refere a ausência dos demais protocolos, ratificamos que se encontram no anexo e versam sobre consultas nas diversas especialidades não médicas.

3.1.11. Estrutura da Gestão (FA.3.2)

No item relativo a experiência mínima de 1 ano da diretoria e gerência em Gestão de Unidade Hospitalar e unidade de saúde de atenção secundária similar, o IGH pontuou 2,5 de 4,0 pontos possíveis. A comissão avaliadora não atribuiu nota para o atestado de experiência do profissional Filipe Santos e Santos, sob a justificativa que “ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA DIRETOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO HOSPITAL REGIONAL DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES DE SETEMBRO DE 2021 A MARÇO DE 2022, NÃO COMPROVANDO O PERÍODO DE 1 ANO EXIGIDO, POR ISSO NÃO PONTUOU.”

Contudo, é possível verificar que logo depois do atestado de folha 1119, foi colacionado o CNES às folhas 1121/1126, onde consta que o profissional possui experiência de 14 (quatorze) meses como Diretor Administrativo da UPA ZONA (05/2019 a 06/2020), bem como, 32 (trinta e dois) meses de experiência como DIRETOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE no HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO LUIS EDUARDO MAGALHÃES (09/2021 a 04/2024), comprovando conter experiência superior ao quanto solicitado no instrumento convocatório, devendo ser atribuída pontuação para o atestado em comento.

Neste sentido, é imperioso esclarecer que o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) é um sistema criado pelo Ministério da Saúde do Brasil para registrar todos os estabelecimentos de saúde no país, tanto públicos quanto privados, e os profissionais que atuam neles. Cada estabelecimento de saúde é obrigado a manter seu cadastro atualizado, incluindo informações detalhadas sobre os profissionais, como vínculo empregatício, cargo, carga horária, e especialidade.

Assim, o CNES serve como um meio de comprovação de experiência, especialmente para profissionais de saúde vinculados a serviços públicos ou que atuem em locais registrados no sistema.

Nele, é possível obter informações sobre o vínculo e o período em que o profissional trabalhou em determinado estabelecimento.

3.1.15. Apresentação de quadro médico (item FA3.2)

No item que requer a “Apresentação de quadro de pessoal médico por área de atenção compatível com as atividades propostas no plano de trabalho, constando forma de vínculo, horário e salário”, foi pontuado em 2,0 (de um total de 2,5 pontos possíveis). **A comissão argumentou que o IGH apresentou um quadro de dimensionamento médico onde há todas as especialidades, porém justificou que a planilha não trazia a forma de vínculo.**

Entretanto, acreditamos que houve um mero equívoco por parte da comissão, passível de revisão, tendo em vista que **tanto na página 07 da proposta de preços, bem como, na página 1192 da proposta de trabalho, constam no cabeçalho a forma de contratação do Dimensionamento Assistencial Médico na forma de “PESSOA JURÍDICA-PJ”, podendo ser facilmente verificado pela douda comissão, conforme imagem a seguir:**

CUSTO TOTAL DE HONORÁRIOS MÉDICOS (PJ)
936.503,85

CONSULTAS									
TURNO	MÉDICO X HORA	TOTAL DE HORAS/DIA	TOTAL DE HORAS/SEMANA	TOTAL DE HORAS/MÊS	TOTAL MÊS	VALOR HORA atual	VALOR PLANTÃO 12H	VALOR PLANTÃO 24H	
ANESTESIOLOGIA	2X12	24	120	480	95.528,79	199,02	2.388,22	4.776,44	
ANGIOLOGIA	1X8	8	40	160	31.842,93	199,02	2.388,22	4.776,44	
CARDIOLOGIA	2X9	18	90	360	71.646,59	199,02	2.388,22	4.776,44	
DERMATOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
ENDOCRINOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
GASTROENTEROLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
GINECOLOGIA	1X8	8	40	160	31.842,93	199,02	2.388,22	4.776,44	
HEMATOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
INFECTOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
MASTOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
MÉDICO CLÍNICO GERAL	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
NEFROLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
NEUROLOGIA	1X12	12	60	240	47.764,39	199,02	2.388,22	4.776,44	
OBSTETRÍCIA (PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO)	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
OPHTALMOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
OTORRINOLARINGOLOGIA	2X9	18	90	360	71.646,59	199,02	2.388,22	4.776,44	
PEDIATRIA	2X8	16	80	320	63.685,86	199,02	2.388,22	4.776,44	
PNEUMOLOGIA	2X12	24	120	480	95.528,79	199,02	2.388,22	4.776,44	
PROCTOLOGISTA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
PSIQUIATRIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
REUMATOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
UROLOGIA	2X8	16	80	320	63.685,86	199,02	2.388,22	4.776,44	
RADIOLOGIA	1X8	8	40	160	31.842,93	199,02	2.388,22	4.776,44	
TOTAIS		208	1.040	4.160	827.916,16	4.776,44	57.317,27	114.634,55	

SADI									
TURNO	MÉDICO X HORA	TOTAL DE HORAS/DIA	TOTAL DE HORAS/SEMANA	TOTAL DE HORAS/MÊS	TOTAL MÊS	VALOR HORA atual	VALOR PLANTÃO 12H	VALOR PLANTÃO 24H	
COLONOSCOPIA / ENDOSCOPIA	3X7	21	105	420	83.587,69	199,02	2.388,22	4.776,44	
TOTAIS		21	105	420	83.587,69	199,02	2.388,22	4.776,44	

DIREÇÃO									
TURNO					TOTAL MÊS				
GERÊNCIA MÉDICA					25.000,00				
TOTAIS					25.000,00				

Esse documento foi assinado por JOEL SOBRAL DE ANDRADE. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.wesign.com.br/validate/NLRLX-UL7VY-XASYN-LNW9L>



CUSTO TOTAL DE HONORÁRIOS MÉDICOS (PJ)
936.503,85

CONSULTAS									
TURNO	MÉDICO X HORA	TOTAL DE HORAS/DIA	TOTAL DE HORAS/SEMANA	TOTAL DE HORAS/MÊS	TOTAL MÊS	VALOR HORA atual	VALOR PLANTÃO 12H	VALOR PLANTÃO 24H	
ANESTESIOLOGIA	2X12	24	120	480	95.528,79	199,02	2.388,22	4.776,44	
ANGIOLOGIA	1X8	8	40	160	31.842,93	199,02	2.388,22	4.776,44	
CARDIOLOGIA	2X9	18	90	360	71.646,59	199,02	2.388,22	4.776,44	
DERMATOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
ENDOCRINOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
GASTROENTEROLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
GINECOLOGIA	1X8	8	40	160	31.842,93	199,02	2.388,22	4.776,44	
HEMATOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
INFECTOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
MATOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
MÉDICO CLÍNICO GERAL	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
NEFROLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
NEUROLOGIA	1X12	12	60	240	47.764,39	199,02	2.388,22	4.776,44	
OBSTETRÍCIA (PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO)	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
OPHTALMOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
OTORRINOLARINGOLOGIA	2X9	18	90	360	71.646,59	199,02	2.388,22	4.776,44	
PEDIATRIA	2X8	16	80	320	63.685,86	199,02	2.388,22	4.776,44	
PNEUMOLOGIA	2X12	24	120	480	95.528,79	199,02	2.388,22	4.776,44	
PROCTOLOGISTA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
PSIQUIATRIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
REUMATOLOGIA	1X4	4	20	80	15.921,46	199,02	2.388,22	4.776,44	
UROLOGIA	2X8	16	80	320	63.685,86	199,02	2.388,22	4.776,44	
RADIOLOGIA	1X8	8	40	160	31.842,93	199,02	2.388,22	4.776,44	
TOTAIS		208	1.040	4.160	827.916,16	4.776,44	57.317,27	114.634,55	

SADT									
TURNO	MÉDICO X HORA	TOTAL DE HORAS/DIA	TOTAL DE HORAS/SEMANA	TOTAL DE HORAS/MÊS	TOTAL MÊS	VALOR HORA atual	VALOR PLANTÃO 12H	VALOR PLANTÃO 24H	
COLONOSCOPIA / ENDOSCOPIA	3X7	21	105	420	83.587,69	199,02	2.388,22	4.776,44	
TOTAIS		21	105	420	83.587,69	199,02	2.388,22	4.776,44	

DIREÇÃO									
TURNO					TOTAL MÊS				
GERÊNCIA MÉDICA					25.000,00				
TOTAIS					25.000,00				

Esse documento foi assinado por JOEL SOBRAL DE ANDRADE. Para validar o documento e suas assinaturas acesse
<https://portal.wesign.com.br/validate/VNKS-6Q73K-NFLNK-QPEWW>



4. CONCLUSÃO

Ante todos exposto, verifica-se que a comissão interna aplicou notas em vários itens, de forma equivocada, com base em critérios que não estavam previstos objetivamente no edital do chamamento público em epígrafe, sendo exigido detalhes que ultrapassam as especificações constantes no edital. A avaliação demonstrou uma determinada subjetividade, comprometendo o princípio da isonomia entre os concorrentes e a transparência do processo. Requer-se, portanto, a revisão das pontuações, conforme os fundamentos expostos.

Nesse sentido, cumpre destacar que a administração pública possui a prerrogativa de revisar seus próprios atos a qualquer momento, com vistas à adequação ao princípio da legalidade e da autotutela. Nesse sentido, a Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal (STF) é clara ao estabelecer que:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Dessa forma, a Comissão Interna, no exercício do seu poder de autotutela, pode rever seus próprios atos e decisões, incluindo a desclassificação do Instituto de Gestão e Humanização (IGH), caso verifique equívocos ou inconsistências na análise realizada. Tal revisão está amparada no princípio da autotutela, que visa corrigir ilegalidades e evitar prejuízos injustificados aos administrados.

Ainda, cumpre lembrar que o exercício desse poder de revisão pela Comissão Interna deve observar, além da legalidade, os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia, consagrados no artigo 37 da Constituição Federal. Tais princípios exigem que os atos administrativos sejam justos, proporcionais e aplicados de forma equânime entre todos os participantes do certame, de modo a garantir a lisura do processo e a igualdade de condições.

5. DOS PEDIDOS

Ante aos fatos narrados e as razões de fato e de direito acima aduzidas e confiando nos trabalhos dessa I. Comissão, que uma vez alertada quanto aos equívocos apontados não se quedará inerte, espera e confia este Recorrente sejam acolhidas as presentes razões, onde requer:

- 1) Com base no princípio da autotutela, requer-se que a douta comissão interna realize a retificação da nota técnica do INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, adequando-a aos ditames objetivos estabelecidos no edital.
- 2) Seja o presente recurso recebido e julgado procedente para que seja reformada decisão proferida por esta *r.* comissão, no sentido de se reverter a desclassificação do INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, declarando-o como classificado a prosseguir no Chamamento Público nº. 002/2024, pelas razões expostas acima;
- 3) Caso a comissão entenda pela improcedência total ou parcial do presente recurso, requer a remessa do mesmo para análise da autoridade superior, como recurso hierárquico, bem como para análise da Procuradoria Jurídica;

Termos em que, pede deferimento.

Salvador - BA, 14 de novembro de 2024.

Assinado digitalmente por:
PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA
CPF: ***.877.675-**
Certificado emitido por AC CNDL RFB v3
Data: 14/11/2024 18:06:36 -03:00



Priscila Oliveira de Almeida Souza

Gerente de Licitações- IGH



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 9UQ6G-SVE97-W52NB-X9E76

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA (CPF ***.877.675-**) em 14/11/2024
18:06 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portal.wesign.com.br/validate/9UQ6G-SVE97-W52NB-X9E76>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portal.wesign.com.br/validate>